

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

**REQUERIMENTO N° , DE 2011
(Dos Senhores Roberto Santiago e Rubens Bueno)**

Requer realização de audiência Pública, para debater os Programas de Qualificação/Requalificação e Formação Profissional, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 24 combinado com o disposto no artigo 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública, para debater os Programas de Qualificação/Requalificação e Formação Profissional, do governo Federal, com as presenças de Davi Zaia, secretário do Trabalho e do Desenvolvimento de São Paulo, Paula Silva, diretora do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho, João Sabóia, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Sr. Luige Nese, presidente do Codefat – Conselho Deliberativo do FAT.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil, ao lado de outros países emergentes, vem experimentando um ciclo relativo de crescimento, especialmente no decorrer dos últimos cinco anos, sem que, concomitante, se tenha observado a adoção de políticas públicas de planejamento satisfatórias no campo da formação, qualificação e requalificação profissional, assim atestam pesquisas de órgãos técnicos empresariais e do governo.

Segundo matéria publicada no jornal Valor Econômico desta data, “Para cada R\$ 100 gastos com o seguro-desemprego, o governo federal usa apenas R\$ 1 em programas de qualificação de mão de obra. No Estados Unidos, para cada US\$ 100 gastos com os benefícios dos desempregados, o governo de Barack Obama investiu US\$ 11,25 em qualificação no ano passado”.

No governo federal, o gasto com qualificação de trabalhadores aumentou 32% entre 2009 e 2010. No entanto, os R\$ 227,9 milhões aplicados no ano passado foram ainda bastante inferiores aos R\$ 961,1 milhões empregados em 2001, como exemplo.

São recorrentes notícias de falta de mão de obra especializada e mesmo de trabalhadores para serviços simples na indústria da construção civil, como pedreiros, pintores, armadores, entre outros. Já a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (ANTC), alerta que haverá um déficit de 120 mil caminhoneiros neste ano. Preocupação compartilhada pela Associação Brasileira de Empresas de Software (Abes), que informa que o número de vagas deixadas em aberto no setor devido à falta de profissionais qualificados saltará de 70 mil registradas em 2010 para quase 100 mil no presente exercício.

Por conta dos preparativos para sediar eventos como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o país vai passar por um período abundante no que respeita à demanda por mão de obra, seja de operários comuns ou de trabalhadores especializados em geral. Todavia, preocupa o fato de saber que no ano de 2010, de uma previsão inicial do Codefat para repasse na aplicação em qualificação e formação profissional da ordem de R\$ 1,2 bilhão para o Ministério do Trabalho, houve retenção de quase R\$ 1 bilhão, destinados à formação de superávit primário.

Por outro lado, não bastassem dados preocupantes como os que acima mencionamos, volta e meia os meios de comunicação informam sobre indícios de desvio na aplicação desses recursos, por parte de entidades conveniadas com o Ministério do Trabalho e Emprego.

Diante, pois, dos graves fatos acima relacionados e, sobretudo da preocupação com os desafios colocados para o país cumprir compromissos assumidos internacionalmente, na realização dos eventos esportivos citados, solicitamos o apoio dos membros desta Comissão para aprovação do presente Requerimento.

Sala das Reuniões, em 11 de abril de 2011.

Deputado ROBERTO SANTIAGO

Deputado RUBENS BUENO

PV/SP

PPS/PR